

## RELAÇÃO ENTRE O ENSINO DE ARTE E A EDUCAÇÃO

Carliana de Moura Dutra  
Pedro Kiarelly da Silva  
Silvaleno Michel Bezerra

*Universidade do Estado do Rio Grande do Norte-UERN*

[kiarellyp@hotmail.com](mailto:kiarellyp@hotmail.com)

### RESUMO

O presente trabalho objetiva-se investigar os acervos bibliográficos que consta todas as teorias relacionadas a temática Arte-Educação, a investigação que se encontra em andamento no curso de Pedagogia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, norteado pela disciplina Ensino de Arte. A pesquisa surge com um intuito de discutir e analisar as dificuldades enfrentadas pelos docentes em relação as suas práticas no que concerne ao planejamento das aulas de arte, diante do alto grau de preconceito que está inserido na mesma. A pesquisa se deu através de um estudo minucioso dos documentos e referências bibliográficas que temos na atualidade abordando a temática. O cenário desta pesquisa encontra-se em construção, haja vista com as mudanças contínuas no desenvolvimento da teoria e a diversidade social no contexto diário. Para tal, é importante especificar a qualidade, a estrutura, e o funcionamento, bem como, a formação continuada dos professores, suas práticas e o principal de tudo o convívio social entre a comunidade escolar.

**PALAVRAS-CHAVE:** Arte, Educação, Dificuldades.

### INTRODUÇÃO

Sejam todos e todas bem vindos à história que vamos adentrar, que pretende em poucas palavras o ensino de arte nos apresentar, de forma simples e bonita eles vem nos mostrar, sua grande contribuição para educação e para vida, de quem dela se deleitar.

O Ensino de Arte tem sido desenvolvido nas escolas brasileiras de forma incompleta, quando não incorreta. Os profissionais esquecem ou até mesmo desconhece que o processo de aprendizagem envolve múltiplos aspectos e propõem em suas práticas atividades que desrespeitam o processo de criação do aluno, desvinculando totalmente o que seria um verdadeiro saber artístico.

Assim as experiências apresentadas nas últimas décadas refletem as mudanças relacionadas à educação e o ensino de arte. Foram introduzidos novos vocabulários ao sistema educacional, esses, atualmente dizem respeito à disciplina de Ensino de Arte que é trabalhada no sistema de ensino formal brasileiro. Ao buscar razões epistemológicas e

concepções teóricas que fundamentam essas abordagens, compreende-se que o grande objetivo se relaciona a arte e o seu ensino na escola.

Ao observarmos a relação entre ensino de arte e educação e seu desenvolvimento histórico no Brasil a partir dos pensamentos do filósofo inglês, Herbert Read (1948) e do apoio de educadores, filósofos, psicólogos entre outros profissionais, que compreendem o ensino de arte não apenas como uma obrigação legal, mas, como um ato criador dos sujeitos participantes do processo educacional; professor, aluno e toda comunidade escolar.

Portanto, o material que segue escrito nas linhas a seguir apresenta uma pesquisa bibliográfica que mostra a contribuição dos pesquisadores ao longo da história e o percurso histórico do ensino de artes no Brasil, enfocando a nomenclatura, a visão dos profissionais e as linguagens artísticas da atualidade. Espera-se assim que este trabalho possa trazer para quem o leia-a um contribuição que favoreça na reflexão da sua prática.

## **1. CONHECENDO A RETROSPECTIVA HISTÓRICA DA NOMENCLATURA DO ENSINO DE ARTES;**

A partir da inclusão da disciplina Educação Artística no currículo escolar pela Lei n.5.692/71, houve uma tentativa de melhoria do ensino de Arte na escola com a introdução de atividades artísticas com ênfase no processo criativo do aluno. O currículo propunha assim uma valorização do tecnicismo em detrimento à cultura humanística e científica predominante em anos anteriores, a Educação Artística apresentou uma lei que resultou numa concepção mais tecnicista.

O contexto dessa problemática encontra-se vinculada a um longo processo histórico, que se inicia no final da década de 1970, com o movimento Arte-Educação no Brasil, o início desse movimento se deu fora da educação sistematizada, suas ideias surgiram a partir das ideias da Escola Nova, que propunha a educação através da Arte. O principal propósito da Arte-Educação pode ser percebido com a ideia da professora VARELA (1988,p2):

O espaço da arte-educação é essencial à educação numa dimensão muito mais ampla, em todos os níveis e formas de ensino. Não é um campo de atividades, conteúdos e pesquisas de pouco significado. Muito menos está voltado apenas para atividades artísticas. É

território que pede presença de muitos, tem sentido profundo, desempenha papel integrador plural e interdisciplinar no processo formal e não-formal da educação. Sob esse ponto de vista, o arte-educador poderia exercer um papel de agente transformador na escola e na sociedade.

Diante das palavras da professora, inicia-se a retrospectiva histórica dessa disciplina que encontrou em sua trajetória grande momentos.

Na primeira metade do século XX as disciplinas Desenho, Trabalhos Manuais, Música e Canto Orfeônico faziam parte dos programas das escolas primárias e secundárias, com uma visão de ensino baseada na escola tradicional (BRASIL, 1997). Assim, encontra-se no ensino de música, por meio do Canto Orfeônico, o aspecto de caráter nacional na formação da população que vivenciou esse período da história da educação. Mas, os pressupostos da escola nova também contribuíram, nos anos 30, para novas propostas no ensino da Arte.

Entre os anos 20 e 70, as escolas brasileiras viveram experiências diversas no ensino da Arte, mas nos anos 30 e 40 dominou o Canto Orfeônico, projeto elaborado pelo compositor Heitor Villa-Lobos, que pretendia difundir a linguagem musical de maneira sistemática, juntamente com princípios de civismo e coletividade, condizentes com o pensamento político da época (BRASIL, 1997).

Nesse percurso histórico, a Lei nº. 4.024 (BRASIL, 1961) - Lei de Diretrizes e Bases Educação Nacional - LDBN, de 1961, instituiu a Educação Musical. Seus dispositivos estabeleceram novas diretrizes para a política educacional e definiram orientações que redesenharam a proposta curricular da legislação anterior, mas MEIRE (1997, p. 181) afirma que, "na prática, as escolas acabaram compondo o seu currículo de acordo com os recursos materiais e humanos de que já dispunham, ou seja, continuaram mantendo o mesmo currículo de antes", apesar de considerarem que "a possibilidade de os Estados e os estabelecimentos anexarem disciplinas optativas ao currículo mínimo" ter sido um avanço em matéria de educação.

Na década de 60, o país enfrentava o regime militar como modelo de sua ordenação política e apresentou-se um novo cenário, diferente do atual. Naquele momento, pensava-se em adequar o ensino ao modelo do desenvolvimento econômico da época, em que a

tendência a uma Pedagogia Tecnicista, segundo FUSARI E FERRAZ (2001), passou a atender o mundo tecnológico e a sociedade industrial em expansão. Havia uma busca do Estado voltada para o investimento num modelo de educação que formasse mão-de-obra qualificada e que viesse a favorecer o processo de importação tecnológica. Quanto a isso, SHIROMA, MORAES E EVANGELISTA (2002, p. 36) afirmam que o "educador e educando haviam-se transformado em capital humano", para a produção de lucros individuais e sociais, e MEIRA (1997, p. 196) argumenta que, a partir dos anos 60, o governo percebeu "a necessidade de se adotarem, em definitivo, as medidas para adequar o sistema educacional ao modelo do desenvolvimento econômico que então se intensificava no Brasil".

Com a reforma de 1971, a Lei nº. 5.692 (BRASIL, 1971) incluiu a Arte no currículo escolar com o título de Educação Artística, porém era considerada apenas uma "atividade educativa" e não uma disciplina: "Será obrigatória a inclusão de Educação Moral e Cívica, Educação Física, Educação Artística e Programas de Saúde nos currículos plenos dos estabelecimentos de 1º e 2º graus [...]". Admite-se que a introdução da Educação Artística no currículo escolar por esta LDBN foi um avanço, tanto pelo aspecto de sustentação legal para esta prática, quanto por ter sido considerada importante na formação dos indivíduos. Porém, essa alteração criou questões novas a serem enfrentadas, principalmente para os professores de cada uma das disciplinas artísticas.

Após esta Lei, os professores de Desenho, Música, Trabalhos Manuais, Canto Coral e Artes Aplicadas, que utilizavam para as aulas os conhecimentos específicos de suas linguagens, passaram a ver esses saberes transformados em "atividades artísticas", o que fica claro na análise do Parecer nº 540/77 (CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, 1977): "não é uma matéria, mas uma área bastante generosa e sem contornos fixos, flutuando ao sabor das tendências e dos interesses". Segundo FUSARI E FERRAZ (2001), os professores das escolas públicas encontraram dificuldades em apreender métodos de ensino nas salas de aula, resultando numa prática pouco ou nada fundamentada, necessitada de aprofundamentos teórico-metodológicos. Neste sentido, as autoras (FUSARI; FERRAZ, 2001, p. 43) afirmam que:

Dentre os problemas apresentados no ensino artístico, após a Lei 5692/71, encontram-se aqueles referentes aos conhecimentos básicos de arte e métodos para apreendê-los durante as aulas, sobretudo nas escolas públicas. O que se tem constatado é uma prática diluída, [...], na qual métodos e conteúdos de tendência tradicional e novista se misturam, sem grandes preocupações, com o que seria melhor para o ensino de Arte.

Em 1996, a Lei nº. 9.394 (BRASIL, 1996, Art. 26, § 2º) estabeleceu que o ensino da Arte constituísse "componente curricular obrigatório, nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos". Apesar do "avanço" desta Lei, a escola e o sistema educativo atual têm enfrentado desafios que transcendem a dimensão estrutural do currículo e a dinâmica das metodologias de ensino. As políticas educacionais da atualidade necessitam adequar-se às questões sociais que estão refletidas na escola pública, como o desemprego, a violência e a marginalização, que se acentuaram como possíveis reflexos da globalização da economia, da política e da cultura.

Todo o caminho percorrido pelo ensino das Artes no Brasil, segundo BARBOSA (1999), vai desde o ensino jesuítico, com uma valorização exacerbada das artes literárias e com a inclusão das aulas de Desenho no currículo, após a reforma educacional executada pelo Marquês de Pombal. O ensino de hoje é marcado pela utilização de tecnologias avançadas como a informática, nas aulas de Arte, principalmente quando estão vinculadas às linguagens visuais.

Portanto, durante a trajetória do ensino até os dias atuais, foram necessárias várias alterações na prática escolar, até mesmo na legislação. Resta identificarmos se o ensino atual tem correspondido ao que deve ser, tomando como referência as orientações trazidas pelo PCN (BRASIL, 1997) e o direcionamento que os professores dão aos conteúdos que apresentam em sala de aula. O Plano de Desenvolvimento da Educação (BRASIL, 2007) associa as conquistas alcançadas na qualidade da educação, desde o seu lançamento, aos professores que possuem formação que os capacite a exercer o magistério.

## 2.1. ENSINO DE ARTE E AS LINGUAGENS ARTÍSTICAS.

Atualmente, as tecnologias adentraram todas as esferas da vida humana. A educação se tornou um dos alvos desse processo da inserção das novas tecnologias na dinâmica do seu cotidiano. O impacto dos meios tecnológicos sobre a criação artística vem produzindo novas formas de expressão ao longo da história das Artes. A fotografia, o cinema e o vídeo encontraram suas próprias formas de expressão, além de possibilitarem a junção da narrativa, do teatro e mais o uso dos recursos tecnológicos que a indústria trouxe à existência.

Tendo em vista que o artigo 10 da Lei nº. 9.394 (BRASIL, 1996) aponta que um dos deveres do Estado é "elaborar e executar políticas e planos educacionais, em consonância com as diretrizes e planos nacionais de educação, integrando e coordenando as suas ações e as dos seus Municípios", notamos que é responsabilidade do Estado pôr em prática as diretrizes das políticas educacionais que atendam de forma eficaz às necessidades da educação. MAGALHÃES (2002, p. 164-165) expressa a sua preocupação com o ensino da Arte no Brasil, ao afirmar que:

Muitas são as questões que envolvem os motivos de tantas fragilidades conceituais e metodológicas no campo do ensino-aprendizagem em Arte: a inexistência de recursos humanos, a inexperiência pedagógica e a consequente falta de questionamentos, são as causas apontadas pelo Parecer nº540/77, [...]. Faz-se necessário repensar o papel da Arte na educação escolar frente às reformas curriculares advindas da LDB atual (Lei 9.394/96) e a consequente divulgação dos Parâmetros Curriculares Nacionais-Arte, elaborados pelo MEC [...] que ratificam a presença das diversas linguagens artísticas nas escolas - música, teatro, dança e artes visuais e a Proposta de Diretrizes Curriculares sistematizada pela Comissão de Especialistas de Ensino de Artes Visuais da SESU/MEC.

Com isso, surge à necessidade de modificar os currículos escolares de maneira geral, principalmente, a formação do professor de Arte diante das mudanças deste final de milênio.

Esta argumentação da autora nos permite refletir sobre a qualidade do ensino de Ensino de arte apresentada atualmente no ensino fundamental e médio das escolas públicas.

Ao destacarmos que a Lei nº. 9.394 foi alterada pela Lei nº. 2.732 de 2008 (BRASIL, 2008), aprovada em 21 de maio deste mesmo ano, e que dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino da Música na educação básica. O Artigo 26 da Lei de 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996) passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos:

§ 6º A música deverá ser conteúdo obrigatório, mas não exclusivo, do componente curricular de que trata o § 2º.

§ 7º O ensino da música será ministrado por professores com formação específica na área.

A Lei também esclarece a respeito do sistema de ensino, que terá três anos para adaptar-se a essa nova exigência legal, tendo em vista a organização dos novos conteúdos a serem trabalhados na disciplina.

Na realidade a Arte, de uma forma geral, não tem sido valorizada nas escolas como disciplina de importância dentro do processo pedagógico, o que se reflete na contratação de profissionais não ou pouco qualificados, e num certo menosprezo da Arte em relação às outras disciplinas mais tradicionais. Espera-se que, por meio da valorização da música como prática pedagógica em todos os níveis da educação básica, se possa presenciar o despertar de uma cultura democrática em que valores como diversidade, da criação artística, da sensibilidade e cidadania sejam postos em evidência.

Outro importante documento que orienta à prática do professor os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs (BRASIL, 1997) são propostas do Ministério da Educação e do Desporto (MEC), datadas de 1997, 1998 e 1999, para a abordagem curricular da educação básica, com o objetivo de ser um referencial comum para a educação de todos os estados do Brasil. Assumiram a feição de política pública ao estabelecerem uma meta educacional para a qual devem convergir as ações políticas do MEC.

Por certo, os PCNs, de uma maneira geral, não exercem mais o mesmo impacto que já exerceram no final dos anos 90, bem como nos primeiros anos do século XXI da educação básica. É admissível que ainda mantenham orientações que sejam válidas e observadas;

contudo, as orientações do Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE vão, progressivamente, sendo acolhidas como novas diretrizes para a educação, apesar de não terem sido implantadas ainda todas as diretrizes da política educacional.

De acordo com ALMEIDA (2003, p. 75), por volta da década de 80, novas abordagens foram introduzidas no ensino da Arte no Brasil. A imagem ganhou um lugar de destaque na sala de aula, o que representa uma das tendências da Arte contemporânea e uma novidade para o ensino da época. As imagens produzidas tanto pela cultura artística (pintores, escultores) como as produzidas pela mídia (propaganda de TV e publicitária gráfica, clip musical, internet) passaram a ser utilizadas pelos professores e alunos da educação básica.

O uso de diferentes imagens possibilitou aos professores maiores opções de conteúdos a serem explorados com os alunos, diversificando as possíveis formas de aprendizagem. As imagens passaram a ser valorizadas entre os educadores comprometidos com o desenvolvimento estético e artístico no ensino de Artes: "O professor decide quais imagens farão parte do repertório merecedor da apreciação dos seus alunos" (ALMEIDA, 2003, p. 73).

A partir de então, os docentes deveriam estar sempre em contato com a produção de imagens do seu tempo e atentos àquelas que eram produzidas pelos alunos em sala através de desenhos e pinturas. O resgate da cultura da imagem se tornou necessário, o que passou a ser visto pelos estudiosos e pesquisadores como fator relevante para a formação do aluno apesar de em muitos casos isso não ocorrer de forma coerente.

Almeida (2003, p. 75) ainda discute a influência que a mediação das tecnologias tem provocado nas formas de pensar e expressar a Arte e como o artista sente a necessidade de buscar, em outras áreas do conhecimento, ideias que se possam somar as suas: [...] o artista contemporâneo atento ao desenvolvimento tecnológico e científico vai incorporando novas ferramentas, que são meios diferentes de trabalho, buscando nas diversas áreas do conhecimento um compartilhar de ideias.

Cada escola inserida numa determinada comunidade possui sua própria realidade social que difere das realidades de outras escolas localizadas em comunidades, bairros ou



idades diferentes. Este fato interfere diretamente na maneira pela qual o docente irá selecionar os conteúdos a serem aplicados, pois isso dependerá não somente dos recursos de que a escola possa dispor, mas também dos alunos para quem se dirige a ação pedagógica. JESUS (2002, p. 111) confirma esta ideia: "Faz-se necessário trabalhar com profissionais da educação de maneira que eles, sendo capazes de compreender suas práticas e refletir sobre elas, sejam também capazes de transformar as suas lógicas de ensino".

Ao entender que seja importante para os professores dessa disciplina que haja uma compreensão histórica do ensino da Arte nas escolas, uma análise das políticas que já foram adotadas em períodos passados a partir da legislação anterior e das políticas atuais, com o objetivo de auxiliá-los na prática pedagógica.

As políticas que incentivam o ensino de Arte devem contribuir para que a prática pedagógica atenda à necessidade de aprendizagem do aluno da escola pública dentro do seu contexto social, cultural e econômico. Os professores precisam estar sempre se atualizando, pois, sem adquirir um conhecimento básico em Arte, torna-se impossível contribuir para que uma consciência crítica e valores vinculados à cidadania se desenvolvam em seus alunos.

Um tema instigante é uma realidade desafiadora, que persiste na atualidade, é quanto à formação de docentes cuja função é o ensino de Arte para o ensino fundamental e médio no país. O Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2001) evidencia esta realidade. E no caso da disciplina Arte para a educação básica, a situação não é diferente.

Encontrar uma definição para a educação na pós-modernidade significaria, segundo Souza (2003, p. 15), enfrentar de modo crítico "as principais questões que regem os processos de subjetivação do mundo atual", bem como entender a cultura da nossa época, em que os sujeitos encontram-se constituídos em torno do consumo, do tempo livre e do prazer. O fato é que a nossa cultura tornou-se pós-moderna, regida e fragmentada pelo sistema imposto pelo capital, em que se encontra características que permeiam e se refletem na educação e nas Arte atuais.

Contudo, é oportuno lembrarmos uma pergunta feita por Franco (1999, p. 101): o "que significa preparar para o trabalho em um mundo como este"? E a partir disso, perguntamos: o que significa formar professores de Arte nos dias atuais? Como os cursos de

licenciatura nas áreas de Arte têm encaminhado suas propostas curriculares para alunos que, por sua vez, serão formadores de cidadãos num futuro próximo? Com quais objetivos formam-se professores de Arte?

Esse acesso às artes visuais, que se tornou algo comum para a sociedade atual, também pode ser exemplificado por meio de telas de artistas famosos que se encontram impressas em capas de caderno, livros, revistas e disponíveis na *internet*, por exemplo. Concluímos que, devido às possibilidades permitidas pelos avanços da globalização e pelos aparatos tecnológicos, a análise e a percepção das produções visuais, bem como as diversas concepções estéticas, tornaram-se mais acessíveis e existem num sentido mais comum a todos.

As obras continuam sendo apreciadas nos museus, mas uma maneira de pensar que adentrou a identidade das culturas penetrou também todos os setores da sociedade, inclusive as escolas. Portanto, como consequência dos processos sociais da globalização, as culturas estão cada vez mais próximas umas das outras e o valor das artes visuais na vida dos indivíduos e seus significados expressivos colaboram para as possíveis articulações com o domínio estético-expressivo e o domínio ético na educação básica.

Se professores de Arte são agentes sociais, culturais e políticos, que promovem aos indivíduos a oportunidade de ampliar o entendimento para garantir a efetivação de uma cidadania ativa e participante (BRASIL, 1997), envolvendo as práticas artísticas, eles precisam abordar seus conteúdos e práticas de forma a levar seus alunos a refletirem na atualidade e em seus parâmetros.

É proposta do próprio PCN que os professores auxiliem seus alunos a posicionar-se com sensibilidade e critérios éticos, diante de um conjunto de circunstâncias, pois trabalhar ética e estética na produção de Arte dos alunos e de artistas significa considerar suas possibilidades criadoras correlacionadas com as realidades socioculturais e comunicacionais em que vivem.

Já que é tarefa do poder público "a coordenação da política nacional de educação, articulando os diferentes níveis e sistemas e exercendo função normativa em relação às demais instâncias educacionais" (BRASIL, 1996), é questionado o seu papel, pois, diante de

um mundo de culturas e saberes globalizados, tem deixado a desejar no que se refere ao investimento em políticas que priorizem a valorização dos professores de Arte, e que conceda a estes a possibilidade de obter subsídios para um investimento maior na formação de cidadãos na educação básica.

Com isso, ao apresentar as linguagens artísticas e suas implicações na prática pretende-se levantar a discussão junto dos profissionais da educação acerca dessa retrospectiva, para que se possa conhecer esta temática e sua aplicação, seja ela de caráter legal ou de parâmetro educacional.

A partir da exposição teórica apresentada anteriormente o professor terá a oportunidade de construir seu plano de ensino considerando as linguagens artísticas com suas especificidades e aplicando de forma significativa em sua sala de aula.

Contudo, enquanto não se tiver o entendimento que o Ensino de Arte apresenta a mesma importância das outras disciplinas do currículo e que por isso deve ser tratada com o mesmo respeito das outras disciplinas que compõem o currículo escolar na atualidade, ela não se efetivará com excelência.

Aplicar um planejamento pautado em atividades que envolvam o teatro, a música, a dança, as artes visuais, a fotografia e o cinema, favorece a formação de alunos mais críticos e reflexivos prontos para conviver na sociedade moderna.

Assim, acreditar que ao terminar de ler estas linhas que enfatizam o ensino de arte e a sua relação com a educação, você possa ter compreendido um pouco mais sobre a disciplina que torna nossa prática mais bela e o ensino encantador se concretizará o nosso maior objetivo.

## Referências

ALMEIDA, C. Z. As relações arte/tecnologia no ensino da arte. In: PILLAR, A. D. (Org.). *A educação do olhar no ensino das artes*. Porto Alegre: Mediação, 2003;

BARBOSA, A. M. *Arte: educação no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1999;

\_\_\_\_\_. As escolas de pintura al aire libre do México: liberdade, forma e cultura. In: PILLAR, A. D. (Org.). *A educação do olhar no ensino das artes*. Porto Alegre: Mediação, 2003;

BRASIL. Câmara. Senado. Projeto de Lei nº 2.732, de 21 de maio de 2008. *Quero educação musical na escola*, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <<http://www.queroeducacaomusicalnaescola.com>>. Acesso em: 11 jun. 2015;

\_\_\_\_\_. Lei nº. 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]*, Brasília, DF, 27 dez. 1961 e retificado em 28 dez. 1961;

\_\_\_\_\_. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. *Leis*, Brasília, DF, 1971. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 11 de jul. 2015;

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]*, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27.839;

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. *PNE verso e reverso: Plano Nacional de Educação*. Rio de Janeiro: Folha Dirigida, 2001;

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. *Plano de Desenvolvimento da Educação*. Brasília, DF, 2007. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: jun. 2015.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: arte*. Brasília, DF: MEC, SEF, 1997;

FRANCO, M. C. Formação profissional para o trabalho incerto: um estudo comparativo Brasil, México e Itália. In: FRIGOTTO, G. (Org.). *Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século*. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999;

FRIGOTTO, G. Educação, crise do trabalho assalariado e do desenvolvimento: teorias em conflito. In: FRIGOTTO, G. (Org.). *Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século*. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999;

FUSARI, M. F. R.; FERRAZ, M. H. C. T. *Arte na educação escolar*. São Paulo: Cortez, 2001;

JAMESON, F. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 1996;

JESUS, D. M. Educação inclusiva: uma proposta construída na/pela prática. *Cadernos de Pesquisa em Educação*, Vitória, ES, v. 8, n. 15, 2002;

MAGALHÃES, A. D. T. V. Ensino de arte: perspectivas com base na prática de ensino. In: BARBOSA, A. M. (Org.). *Inquietações e mudanças no ensino da arte*. São Paulo: Cortez, 2002;

MARQUES, C. A.; PEREIRA, J. E. D. Fóruns das licenciaturas em universidades brasileiras: construindo alternativas para a formação inicial de professores. *Educação e Sociedade*, Campinas, SP, v. 23, n. 78, p.117-142, abr. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: jun. 2015;

MEIRA, M. R. Educação estética, arte e cultura do cotidiano. In: PILLAR, A. D. (Org.). *A educação do olhar no ensino das artes*. Porto Alegre: Mediação, 2003;

PEREIRA, J. E. D. As licenciaturas e as novas políticas educacionais para a formação docente. *Educação e Sociedade*, Campinas, SP, v. 20, n. 68, dez. 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: jul. 2015;

PIRES, M. C. M. Criação e cultura de massa. Uma relação possível?. In: SOUZA, S. J. (Org.). *Educação @ pós-modernidade*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003;

REIS, R. R.; RODRIGUES, J. A universidade vai ao shopping center. *Trabalho Necessário*, Niterói, RJ, ano 3, n. 3, 2005. Disponível em: <[www.uff.br/trabalhonecessario](http://www.uff.br/trabalhonecessario)>. Acesso em: jun. 2015;

ROMANELLI, O. O. *História da educação no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997; ]

RUMMERT, S. M. Entidades representativas dos interesses do trabalho: expressão da hegemonia do capital?. *Trabalho Necessário*, Niterói, RJ, ano 3, n. 3, 2005. Disponível em: <[www.uff.br/trabalhonecessario](http://www.uff.br/trabalhonecessario)>. Acesso em: jul. 2015;

SHIROMA, E. O.; MORAES, M. C. M.; EVANGELISTA, O. *Política educacional*. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002;

SOUZA, S. J. Educação na pós-modernidade. Educar para quê?. In: SOUZA, S. J. (Org.). *Educação @ pós-modernidade*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003.

